



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

ANDERSON PEREIRA DA SILVA

**A AUSÊNCIA DE AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DO RECIFE: A importância da ministração de aulas
de educação física por um professor com formação específica.**

Recife 2025

ANDERSON PEREIRA DA SILVA

A AUSÊNCIA DE AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DO RECIFE: A importância da ministração de aulas de educação física por um professor com formação específica.

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal Rural de Pernambuco, orientado pela Profa. Dra. Socorro Valois e co-orientado pela Profa. Dra. Rachel Mello.

Recife 2025

Apresentado em 17 de Dezembro de 2025

Aluno

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Orientadora

Profa. Co Orientador

Prof. Examinador I

Prof. Examinador II

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecário(a): Suely Manzi – CRB-4 809

S586a Silva, Anderson Pereira da.

A ausência de aulas de educação física nos anos iniciais do ensino fundamental do município do Recife: a importância da ministração de aulas de educação física por um professor com formação específica / Anderson Pereira da Silva. - Recife, 2025.

44 f.

Orientador(a): Maria do Socorro Valois Alves.

Co-orientador(a): Rachel Costa de Azevedo Mello.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Licenciatura em Educação Física, Recife, BR-PE, 2026.

Inclui referências.

1. Educação física - Estudo e ensino. 2. Ensino fundamental - Recife. 3. Educação física (Ensino fundamental). I. Alves, Maria do Socorro Valois, orient. II. Mello, Rachel Costa de Azevedo, coorient. III. Título

CDD 613.7

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa à minha família, na pessoa da minha esposa, a qual amo muito, e dos meus filhos, que além de me ajudar criando espaços e oportunidades para que eu pudesse estudar, me incentivou e apoiou em absolutamente todas as etapas desse processo bastante denso. Dedico ainda aos meus colegas de graduação, que ao longo do processo, me acolheram e em sua maioria contribuíram diretamente para que esse momento fosse possível.

AGRADECIMENTOS

Agradeço acima de tudo a Deus, em quem tenho crido e depositado toda minha fé. Agradeço aos meus familiares, dentre os quais minha mãe e meus irmãos, pois sei que eles se alegram com as minhas alegrias. Agradeço a todos os professores da Rural, nas pessoas das minhas orientadoras, Professora Socorro Valois e Professora Rachel Mello, a quem tenho muito respeito, admiração e carinho, e das professoras as quais me relacionei com mais afinidade e proximidade, Rosângela Lindoso e Maria José Fraga, por toda atenção, cuidado, carinho e respeito que tiveram comigo ao longo de toda graduação. Agradeço ainda a todos os que compõem o corpo gestor da universidade, a qual chamo carinhosamente de Mais Linda. Agradeço aos meus alunos da UFRPE Jiu-Jitsu, que me oportunizaram ensinar, aprender e me socializar com eles. A todos, muito obrigado.

RESUMO

Esta pesquisa busca discutir a ausência de aulas de educação física nos anos iniciais do ensino fundamental na rede municipal de ensino do Recife, bem como a importância da ministração destas aulas por professores com formação específica, sob a perspectiva da integralidade do ensino a partir de uma escola da referida rede, onde foram feitas observações *in situ*, elaboração e aplicação de dois questionários que a subsidiaram, além de uma análise documental de textos legais relevantes para esta pesquisa. Do total de 13 (treze) pessoas que compõem o corpo escolar da escola de referência, apenas 5 responderam ao questionário e 100% (cem por cento) das que responderam são formados em pedagogia. Todos os entrevistados disseram que não existe a ministração de aulas de educação física na escola, quer seja por um professor de sala quer seja por um professor de educação física e, nesse segundo caso, sequer existe um professor de educação física na escola. A partir do questionário enviado à Secretaria de Gestão Administrativa municipal do Recife obtivemos a informação de que a rede conta com 212 escolas que atendem os estudantes do ensino fundamental anos iniciais, onde estão matriculados 54.708 (cinquenta e quatro mil, setecentos e oito) estudantes. A partir das informações obtidas por meio dessa pesquisa, concluímos que há uma certa ingerência quanto às políticas públicas educacionais em relação à ministração de aulas de educação física, inclusive por parte dos órgãos de controle, no caso dos professores de educação física, dos seus respectivos conselhos. Diante das questões levantadas e das informações obtidas a partir desta pesquisa, existe a possibilidade de que a realidade da escola de referência não seja um caso isolado, o que representa a precarização do ensino e aponta para uma reflexão acerca das melhores práticas dentro das políticas públicas educacionais.

Palavras chave: Educação Física, Ensino Fundamental, Anos Iniciais.

ABSTRACT

This research aims to discuss the absence of physical education classes in the early years of elementary school in the municipal education network of Recife, as well as the importance of these classes being taught by teachers with specific training, from the perspective of the integrality of education, based on a school in said network. In situ observations were made, two questionnaires were developed and applied to support the research, and a documentary analysis of legal texts relevant to this research was conducted. Of the 13 (thirteen) people who make up the school staff of the reference school, only 5 responded to the questionnaire, and 100% (one hundred percent) of those who responded have a degree in pedagogy. All interviewees stated that there are no physical education classes taught at the school, either by a classroom teacher or by a physical education teacher, and in the latter case, there is not even a physical education teacher at the school. Based on the questionnaire sent to the Municipal Administrative Management Secretariat of Recife, we obtained information that the network has 212 schools serving students in the initial years of elementary school, where 54,708 (fifty-four thousand, seven hundred and eight) students are enrolled. From the information obtained through this research, we conclude that there is a certain interference in public educational policies regarding the teaching of physical education classes, including by control bodies, in the case of physical education teachers, and their respective councils. Given the issues raised and the information obtained from this research, there is a possibility that the reality of the reference school is not an isolated case, which represents the precariousness of education and points to a reflection on best practices within public educational policies.

Keywords: Physical Education, Elementary School, Initial Years.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
2.1 A Importância do Processo Educativo.....	11
2.2 A Importância da Educação Física Para a Educação Básica.....	14
2.3 A Educação Física sob a Perspectiva Legal na Educação Básica.....	16
2.4 A Educação Física sob a Perspectiva Municipal do Recife.....	25
2.5 Revisão Bibliográfica.....	29
3. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	33
4. ANÁLISE DOS DADOS.....	40
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
6. REFERÊNCIAS.....	41

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca discutir a ausência de aulas de educação física nos anos iniciais do ensino fundamental na rede municipal de ensino do Recife, bem como a importância da ministração destas aulas por professores com formação específica. Para tanto, trataremos da formação precípua e da expertise necessária que este profissional precisa ter para ministrar essas aulas, sobretudo, por se tratar de uma disciplina que possui uma gama de conhecimentos que requerem certa profundidade para que haja a devida apreensão dos objetos de conhecimento por parte do aluno.

Para além de discorrer sobre os conteúdos dessa disciplina sob a perspectiva dos conhecimentos próprios, buscaremos fazer uma abordagem do ponto de vista do arcabouço legal que trata da educação física na escola, além de identificar as responsabilidades sociais do estado, da família e da sociedade a esse respeito, buscando apontar desdobramentos para uma política pública educacional com vistas à integralidade do ensino.

É preciso reconhecer que recentemente houve uma mobilização de alguns grupos políticos no sentido de inviabilizar a presença da disciplina de educação física na escola como componente curricular obrigatório. Isso pode ser verificado na análise do que foi proposto pela medida provisória (MP) nº 746/2016, que propôs a Reforma do ensino médio, que visava a modificação do ensino médio, buscando retirar a obrigatoriedade dessa disciplina. Esta MP deu origem à Lei nº 13.415/2017, que estabeleceu um novo modelo para o ensino médio brasileiro, o "Novo Ensino Médio", que determinou a ampliação da carga horária, a flexibilização do currículo com itinerários formativos e o ensino técnico. Posteriormente, em 2024 foi publicada a Lei nº 14.945/2024 que reformulou a estrutura do ensino médio brasileiro, começando a ser implementada de forma gradativa em 2025, contudo, esta proposta foi revisada e a disciplina continua sendo obrigatória para esse público, conforme a Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional e da Base Nacional Comum Curricular.

Muito embora o ensino médio não seja o público alvo dessa pesquisa, esse fato se torna relevante por se tratar de algo que envolve a educação física e, ainda que essa discussão tenha sido superada por ora, ainda há uma certa negligência por parte do poder público no que se refere à fiscalização e ao cumprimento da obrigatoriedade da educação física na educação básica como um todo, mas principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental, objeto de estudo deste trabalho.

Para justificar as questões levantadas neste trabalho, faz-se necessário ressaltar que elas surgem a partir da vivência prática no campo do estágio supervisionado obrigatório II, uma das

disciplinas do curso de graduação na Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Nesta oportunidade foram feitas intervenções com ministrações de aulas de educação física para os estudantes do ensino fundamental II, em uma escola municipal do Recife no período de 14 de maio de 2024 a 20 de agosto de 2024.

Neste momento, foi possível identificar que os estudantes daquela unidade não dispunham de aulas de educação física e muito menos da presença de um professor com formação específica, o que causou inquietação no sentido de buscar os motivos da ausência desse profissional, sobretudo, pela importância dos conhecimentos desta disciplina, pois, dentro do processo de formação humana os conteúdos da Educação Física são extremamente relevantes no que se refere à integralidade do saber, dada a sua riqueza de conhecimentos históricos, filosóficos, sociológicos, bem como sua contribuição para o desenvolvimento de habilidades motoras, sócio afetivas e cognitivas do indivíduo em formação.

A inserção da Educação Física na área de Linguagens reflete a relevância hoje atribuída ao movimento corporal humano como instância de comunicação, de interações recíprocas mediante expressões (significação e ressignificação) de gestos corporais culturalmente construídos, legitimados, reconhecidos e compartilhados como expressões das linguagens. Desse modo, a Educação Física é compreendida como o componente curricular responsável pelo ensino e aprendizagem das práticas corporais culturalmente construídas e constituídas como expressões das linguagens humanas ao longo do processo histórico de civilização (PERNAMBUCO, 2018, p. 260, apud DAOLIO, 2004).

Quando se cogita retirar ou mesmo reduzir a carga horária destinada à disciplina de educação física, é o mesmo que retirar da educação uma das ferramentas essenciais para o aprendizado e para o desenvolvimento integral das crianças.

A educação física propõe o letramento do corpo, a ampliação do acervo motor, o desenvolvimento de habilidades físicas como equilíbrio, força, agilidade, além de habilidades cognitivas como raciocínio, memória, resolução de problemas, percepção do próprio corpo e sociais como a comunicação, a cooperação e a empatia.

A partir dessas reflexões emerge o ensino da educação física nos anos iniciais do ensino fundamental como contributo relevante para a constituição do ser humano na sua integralidade, o que traz como problema de pesquisa a ausência da educação física no cotidiano pedagógico da escola em discordância com a base curricular oficial definida pela rede pública municipal do Recife que define a educação física como componente curricular a ser ministrado através dos eixos que constituem a base epistemológica dessa área de conhecimento.

Afinal, delimitamos como problema de pesquisa o seguinte questionamento: quais os argumentos e alegações são utilizadas para justificar a ausência de aulas de educação física, ministradas por professores com formação específica na rede municipal de ensino do Recife?

Nós entendemos que essa é uma pergunta cuja(s) resposta(s) são extremamente relevantes para o que pretendemos construir a partir dessa pesquisa, pois das respostas, pretendemos como objetivo geral, discutir a importância das aulas de educação física nos anos iniciais do ensino fundamental ministradas por professores com formação específica, bem como a necessidade delas serem obrigatórias para este público específico, a fim de estabelecer, de forma mais completa, as relações que se dão em sala de aula, dentre outras relações de cunho sócio-antropológicos no contexto educacional.

E, ainda, definimos como objetivos específicos: identificar e analisar os textos legais que tratam do ensino dos conteúdos da Educação Física nos anos iniciais do ensino fundamental, bem como as diretrizes que norteiam sua prática em nível nacional, estadual e municipal, sobretudo, no contexto da rede de ensino do Recife, além de refletir sobre os argumentos utilizados para justificar a ausência deste conhecimento para o aludido grupo, se faz necessário para discutir a importância da atuação estatal no cumprimento de suas atribuições legais, frente a ministração dessas aulas no contexto do ensino público municipal do Recife.

Objetivamente, para coletar as informações que consideramos relevantes na construção deste trabalho, iremos realizar uma entrevista semiestruturada, uma pesquisa qualitativa e uma pesquisa documental, além de fazermos uma análise bibliográfica, na intenção de instrumentalizar e fundamentar nossa pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A IMPORTÂNCIA DO PROCESSO EDUCATIVO

Ao longo dos processos evolutivos da humanidade as formas de organização do pensamento e das ideias foram determinantes no quantum de desenvolvimento aquela civilização conseguiu avançar. Quanto mais organizadas as suas estruturas e os seus grupos sociais, maior a sua ascensão ante as demais.

Partindo do princípio da formação humana dentro das dimensões biológicas, sociológicas e psicológicas entender a educação como o principal fator de diferenciação entre os indivíduos é dar um norte no que se pretende construir enquanto sociedade, pois tudo que se entende por civilização é construído através dos processos educativos, portanto, para que haja equidade social a educação tem que alcançar a todos, sem exceção.

Não é possível separar o homem biológico do sociológico ou do psicológico, visto que essas dimensões o caracterizam e a partir delas surgem outras como a intelectual, a emocional e a

estética, e é pensando nessas dimensões sofrendo interferências de forma gradual e intencional desde a mais tenra idade que se estabelece a ideia de educação.

Para que fique compreensível o entendimento das dimensões acima citadas, quando se fala do homem biológico, a referência é do corpo propriamente dito. Isso diz respeito aos cuidados que cada um precisa ter consigo mesmo e com o outro. Esse homem dorme bem? Se alimenta bem? Tem um trabalho que dê conta das suas necessidades básicas? Suas condições de trabalho são boas? Ele tem algum momento de lazer? As respostas a essas e outras questões vão nos inteirar acerca desta pessoa, visto que essas ocorrências irão interferir diretamente na dimensão do Homem Social, que são as relações que ele vai construir dentro dos seus grupos sociais.

É evidente que a dimensão biológica e sociológica estão diretamente relacionadas, e ambas refletirão na dimensão psicológica, como resultado de suas interações, pois essa dimensão se refere aos aspectos da mente, das emoções, incluindo a personalidade, a cognição, a capacidade de lidar com adversidades, dentre outras condições que circundam o pensamento humano e todas as nuances das dimensões humanas, pois, todas essas dimensões tem o processo educativo como precursor.

A educação com todos os seus desdobramentos tem a intenção de atuar na vida social das pessoas para um bom convívio em sociedade, onde, num cenário ideal, haja respeito mútuo entre os indivíduos dentro de um propósito fraternal e cooperativo.

Para Freire (2000) “se a educação sozinha não é capaz de transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”, o que implica na necessidade de construir bases sólidas que permitam aos indivíduos a apropriação do conhecimento produzido historicamente a fim de orientar suas ações em sociedade.

Antes de adentrar na discussão da educação física na escola, precisamos entender o conceito de Educação. Quando buscamos o significado da palavra educação a partir da sua etimologia, encontramos que ela tem origem no latim e é formada por derivação sufixal, quando um dos elementos da palavra é adicionado na parte final da sua estrutura.

A palavra Educação é formada a partir dos termos *Ex* (fora) e *Ducere* (conduzir), formando a palavra *Educere* ou *Educare*, que pode ser entendida como o ato de conduzir para fora, alimentar, guiar, criar, ensinar. Nesse sentido, a ideia de educar pode ser compreendida como o ato de ensinar para a vida externa, além do ambiente em que se aprende, portanto, a educação é para uma vida em sociedade.

Quando refletimos sobre a ideia da palavra educação, conseguimos chegar à conclusão de que ela se dá, predominantemente, num ambiente interno, com uma finalidade no ambiente externo.

Isso se verifica no próprio conceito de educação preconizado na Constituição de 1988 ao tratar como um meio pelo qual os indivíduos serão formados para se inserirem na sociedade,

conforme seu Art. 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

É, portanto, a educação o centro de toda estrutura social, iniciada dentro de casa quando os pais ensinam aos filhos os seus valores: o respeito, os comportamentos sociais que eles devem ter, as formas de tratamento, enfim, tudo aquilo que, no entendimento dos pais, contribuirá para sua vida em sociedade, contudo, a educação que se dá em casa não tem uma estrutura bem definida no sentido de uma elaboração ou sistematização, pois ela ocorre informalmente e os saberes que são tratados nesse primeiro ambiente não são necessariamente científicos, mas, muitas vezes fundados na cultura popular, no senso comum, na sabedoria dos mais velhos como sendo essas pessoas dominadoras de um conhecimento acumulado ao longo de sua vida.

Todo esse processo educativo iniciado dentro de casa visa construir as bases do conhecimento que ajudarão na formação do caráter, da moral, da ética, dos valores, enfim, de tudo que contribua na formação de homens e mulheres. Ali serão ensinadas as humanidades dos homens, como bem ilustra Saviani ao afirmar que

O anteriormente apontado manifesta-se desde a origem do homem pelo desenvolvimento de processos educativos inicialmente coincidentes com o próprio ato de viver, os quais se foram diferenciando progressivamente até atingir um caráter institucionalizado cuja forma mais conspícua se revela no surgimento da escola. (SAVIANI, 2011, p. 7)

Assim como o ambiente familiar, e tão importante quanto este para a formação dos indivíduos, a escola é fundamental para uma formação integral das pessoas. Esta não excluirá a educação que se iniciou no ambiente familiar, mas intervirá de forma concomitante, porque diferente do que se aprende no lar, a escola é o primeiro ambiente estruturado desvinculado desse, que vai ampliar as relações das crianças a partir de um novo *locus* onde as interações sociais se darão, não só em casa, mas ainda em um ambiente interno, controlado e seguro, iniciando a responsabilidade estatal nos processos educativos, que além da relação de educação incluirá também os processos de ensino e aprendizagem de forma sistematizada.

Essa nova estrutura preconiza um ambiente que tratará o educar e o saber sob a perspectiva das ciências, dos conhecimentos elaborados e não empíricos, uma vez que

Não se trata, pois, de qualquer tipo de saber. Portanto, a escola diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado; à cultura erudita e não à cultura popular. Em suma, a escola tem a ver com o problema da ciência. Com efeito, é exatamente o saber metódico, sistematizado. A esse respeito, é ilustrativo o modo como os gregos consideravam essa questão. Em grego temos três palavras referentes ao fenômeno do conhecimento: doxa, sofia e episteme. Doxa significa opinião, isto é, o saber próprio do senso comum, o conhecimento espontâneo ligado diretamente à experiência cotidiana, um claro-escuro,

misto de verdade e de erro. Sofia é a sabedoria fundada numa longa experiência da vida. É nesse sentido que se diz que os velhos são sábios e que os jovens devem ouvir seus conselhos. Finalmente, episteme significa ciência, isto é, o conhecimento metódico e sistematizado. Consequentemente, se do ponto de vista da sofia um velho é sempre mais sábio que um jovem, do ponto de vista da episteme um jovem pode ser mais sábio do que um velho (SAVIANI, 2005, p. 14–15).

Os saberes tratados na escola estão contidos em um sistema de ensino de caráter formal e sistematizado, como já foi dito. Isso implica dizer que a escola cumpre uma função social extremamente relevante e de consenso, contribuir na construção de uma sociedade melhor a partir da socialização dos saberes selecionados de forma objetiva.

Pensando em uma educação que forma o indivíduo para as relações sociais Kant (2002) afirma que o homem não é nada além daquilo que a educação faz dele, visto que a formação humana é constituída por e para diversas relações sociais como por exemplo as relações que se dão em casa, nos espaços religiosos, no trabalho e em diversos outros espaços onde haja interação entre as pessoas e cada um desses ambientes refletirá a ação educativa.

A partir da compreensão de que o homem social é integral quanto às suas dimensões, ressalta-se que as bases que reforçam a construção do conhecimento deste ser social tenham vistas à sua integralidade, e negar a ele qualquer conhecimento que o constitua enquanto pessoa é limitar sua própria existência.

Por estar inserida no grupo dos conteúdos das linguagens, a Educação Física é um componente curricular imprescindível na formação do indivíduo e negar esse conhecimento destoa do objetivo primordial da educação que visa desenvolver o ser humano de forma integral.

Tanto é assim, que a base curricular oficial da rede municipal do Recife dispõe sobre o seu ensino, inclusive dividido em eixos como esportes, ginástica, dança e jogos que requerem a expertise própria do professor de educação física.

2.2 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

Historicamente a Educação Física passou e ainda passa por um processo de evolução considerável, pois esta disciplina viveu um momento de busca pela afirmação da sua importância entre os componentes curriculares da educação, visto que foi necessária uma reformulação quanto a sua perspectiva aplicada ao campo docente dada a sua origem mais fortemente influenciada pelos Métodos Ginásticos Europeus com predomínio das escolas Alemã, Francesa e Sueca e seus objetivos precípuos, evidenciando que

O entendimento de conteúdo em Educação Física foi marcado até recentemente (meados da década de 1980) pela ideia de atividade, no caso, de uma atividade física. Enquanto em outras disciplinas escolares o conteúdo sempre foi entendido como um

conhecimento de caráter conceitual, na Educação Física, ele era visto como uma atividade. Essa atividade, à qual os alunos deveriam ser submetidos, tinha como principal objetivo melhorar a aptidão física (com suas implicações para a saúde), além de influir no comportamento, moldando o caráter dos alunos. A atividade física mobilizada para atingir esses objetivos (os chamados meios da Educação Física) assumiu diferentes formas, como a ginástica, as lutas, os jogos e os esportes (BRACHT, 2010, p. 1).

Durante um certo tempo alguns grupos passaram a discutir a possibilidade de fundamentar a Educação Física enquanto uma ciência emergente, para que esta atingisse um grau de aceitação e legitimação no campo intelectual, sobretudo no campo acadêmico. Para Bracht (1999) essa discussão não parecia relevante, visto que seria mais interessante, sob o ponto de vista epistemológico, discutir as possibilidades e os limites da razão científica, para com isso estabelecer a relação desejável das bases da educação física com a ciência. Pois o fato é, a Educação Física era uma prática social que se apropriava de conhecimentos de outras áreas, como as ciências da natureza, as ciências humanas e sociais, mas com predomínio das ciências da natureza voltadas para a aptidão física num primeiro momento, visto que essa aptidão era o critério fundamental para a seleção dos conteúdos a serem trabalhados, bem como para uma organização sequencial das aulas assim como para suas avaliações. Além disso

é importante frisar que, em função da influência das ciências naturais, particularmente da Fisiologia e da Biologia, o entendimento de conteúdo da Educação Física estava baseado numa visão de corpo marcadamente biológica, ou seja, o corpo e sua atividade física eram entendidos como dimensões da natureza (BRACHT, 2010, p. 1).

Numa perspectiva mais tradicional, a educação era vista como uma atividade de mera reprodução de gestos e movimentos para o desempenho esportivo ou voltados à aptidão física no contexto da saúde, mas este entendimento, sobretudo, no campo educacional, ganhou contornos bem diferentes, pois

Trata-se, portanto, não mais de apenas submeter os alunos a uma atividade física para “fortificar os corpos” ou, então, de desenvolver as habilidades esportivas inculcando os seus presumíveis valores positivos; passa-se agora a entender a função da disciplina Educação Física como a de introduzir os alunos no universo da cultura corporal de movimento, ou seja, propiciar a construção pelo aluno de um amplo acervo cultural no caso, de uma dimensão específica da cultura, a cultura corporal de movimento. A justificativa é que essa dimensão da cultura assume importância cada vez maior na vida das pessoas, de maneira que o exercício pleno da cidadania também passa por ela. (BRACHT, 2010, p. 3)

Compreender e fazer uma releitura acerca da origem da educação física, seria de fundamental importância, naquele momento, para que se pudesse dar um norte na pretensão de fundamentação conceitual do campo de atuação modificando inclusive a sua prática.

Para caracterizar essa mudança de forma pontual, podemos dizer que o movimento renovador da Educação Física brasileira promoveu uma “desnaturalização” do seu

objeto. Isso quer dizer que o corpo não mais é entendido somente como uma dimensão da natureza (em nós) e sim, principalmente, como uma construção cultural, portanto, simbólica. O corpo e suas práticas expressam a sociedade na qual estão inseridos, ou seja, são construções históricas, assim como, no extremo, a própria noção de natureza é uma construção histórica. Nesse entendimento, as diferentes práticas corporais (ou atividades físicas, como eram chamadas) foram construídas pelo homem em determinado contexto histórico-cultural e com sentidos próprios. Promove-se, então, uma “culturalização” do objeto/conteúdo da Educação Física. Assim vão ser cunhadas as expressões cultura corporal, cultura de movimento e cultura corporal de movimento para expressar o objeto/conteúdo de ensino da Educação Física. (BRACHT, 2010, p. 2).

Foi a partir da ruptura com as práticas tradicionais hegemônicas que houve uma atuação contra hegemônica para justificar a educação física enquanto campo do conhecimento de forma que este fosse reconhecido, o que de fato ocorreu.

Nos últimos 30-40 anos, a prática pedagógica da Educação Física tem sofrido mudanças significativas em suas bases teórico-metodológicas; dado, principalmente, o advento das contribuições das ciências humanas e sociais frente às compreensões e explicações do, para o e sobre o corpo humano em movimento. O conceito de cultura emerge como fundamental às compreensões sugeridas, de maneira que toda a relação do homem (ser humano) com seu próprio corpo foi sendo rediscutida e, assim, ressignificada, partindo de um monoculturalismo epistemológico para um multiculturalismo epistemológico e, desse modo, incidindo sobre nossa(s) própria(s) formação(ões) profissional(ais). Esse redimensionamento resultou, por sua vez, na delimitação de conteúdos/saberes escolares específicos à disciplina; que, por sua vez, demandaram procedimentos metodológicos de ensino e avaliação das aprendizagens (a serem) construídas igualmente específicos, adequados e coerentes às particularidades da mesma (PERNAMBUCO, 2018, p. 259, apud RODRIGUES, 2016).

Para justificar a Educação Física como componente curricular também precisava-se delimitar seu campo específico de estudo bem assim os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula, assim como a matemática tem os seus próprios conteúdos, a história tem os seus, a filosofia tem os seus e assim por diante.

A partir do entendimento de que as manifestações e produções culturais da humanidade que surgem das expressões e representações do corpo humano em movimento como os jogos os esportes, as danças, as ginásticas, as lutas e, mais recentemente introduzidas, as práticas corporais de aventura, eram elementos passíveis de estudos e que a compreensão destes era de importância incontestável, viu-se a necessidade de mobilização de instrumentos que dessem conta de tratar esses conhecimentos historicamente acumulados de forma sistematizada a fim de resgatar e manter vivas todas essas manifestações, sobretudo, no contexto educacional.

O ensino de Educação Física na escola trata, então, da compreensão, (res)significação e usufruto das práticas corporais como instâncias de manifestação da linguagem corporal que, materializada nas práticas corporais culturalmente situadas, constituem o objeto de estudo deste Componente Curricular então denominado Cultura Corporal de Movimento. Situada na área de Linguagens, a Educação Física tem como pressuposto abordar tais conhecimentos, referendando-os em competências

relacionadas à sua compreensão, exploração e valorização como construções humanas significativas e relevantes ao processo de comunicação ao longo da história (PERNAMBUCO, 2018 apud ELIAS, 1994).

2.3 A EDUCAÇÃO FÍSICA SOB A PERSPECTIVA LEGAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A legislação brasileira, que trata da educação, divide sua estrutura em níveis (ensino básico e superior), etapas (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e modalidades, que trata das formas de organização da educação e busca atender grupos específicos e suas necessidades.

A Educação Física, enquanto componente curricular, passou a ser obrigatório na educação básica a partir de 20 de dezembro de 1996, com o advento da nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDB. A Lei nº 9.394/1996, que rege a educação brasileira como um todo, e estabelece no seu Capítulo II (Da educação básica) Seção I (Das disposições gerais) Artigo 26, § 3º, as condições de obrigatoriedade, bem como os critérios em que a disciplina é facultativa, estão no bojo desta de forma taxativa, conforme segue abaixo.

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. [...]§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da **educação básica**, sendo sua prática facultativa ao aluno: I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; II – maior de trinta anos de idade; III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; IV – amparado pelo Decreto-lei no 1.044, de 21 de outubro de 1969; V – (Vetado); VI – que tenha prole. (Brasil, lei nº 9.394, 1996).

A Educação Básica é o nível da educação constituída pela Educação Infantil composta pela Creche, que atendem às crianças de 0 a 3 anos de idade, com oferta obrigatória pelo estado e matrícula facultativa pelos pais ou responsável, e Pré-Escola, que atendem às crianças de 4 a 5 anos com ofertas e matrículas obrigatórias. Ainda na educação básica estão o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, dividido em anos iniciais (para crianças de 6 a 10 anos) e anos finais (para crianças de 11 a 14 anos), além do Ensino Médio (para adolescentes entre 15 e 17 anos).

O Ensino Fundamental Anos Iniciais caracteriza a transição do aluno de um ambiente escolar onde os saberes possuem um caráter mais integrativo e socializador das práticas educacionais, tratadas a partir da perspectiva do direito de aprendizagem, a Educação Infantil, para um ambiente onde as complexidades dos saberes serão mais aprofundadas de forma gradual, estimulando sua capacidade perceptiva, crítica e analítica do meio em que estão inserido de uma

forma mais objetiva, mas não exclusiva das práticas lúdicas vivenciadas na etapa anterior.

Como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil é o início e o fundamento do processo educacional. A entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada. (BRASIL, Base Nacional Comum Curricular, 2017, p. 36)

Essa etapa da Educação Básica prescinde que as crianças detenham um conhecimento mais aprofundado acerca das relações e do papel que eles desenvolvem na sociedade, mas ainda assim não é possível prescindir da intencionalidade por parte do professor que ministra a aula, que em todo caso precisa ter uma formação específica para que a prática docente seja intencional mesmo nessa primeira etapa. As interações e brincadeiras, experiências nas quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009).

A BNCC do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil. Tal articulação precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos. (BRASIL, 2010).

A conotação do brincar nesse contexto das aulas de educação física, ainda vai estar bastante presente no início do ensino fundamental devido ao fato de haver a necessidade de transitar gradualmente dentro de uma complexificação apontando sempre para uma progressão do conhecimento, conforme Pernambuco (2018):

Diante do exposto, percebe-se, nos anos iniciais, a valorização da ludicidade para o ensino-aprendizagem, resgatando as experiências vivenciadas na Educação Infantil e articulando-as de forma ativa, isto é, internalizando novas formas de relação consigo mesmo, com os outros e com o mundo, possibilitando a construção de conhecimentos de forma progressiva e sistematizada, sendo repercutida e evidenciada, no processo de desenvolvimento desses estudantes. Portanto, a progressão do conhecimento, nessa fase do ensino fundamental, ocorre pela consolidação das aprendizagens anteriores e pela ampliação das práticas de linguagem e da experiência estética, inclusiva e intercultural das crianças. (PERNAMBUCO, 2018, p. 263)

Visto que todas as etapas da educação básica constituem um grande ciclo no qual os saberes vão ganhando níveis de complexificação cada vez mais altos e os anos iniciais do ensino fundamental é a porta de entrada nesse nivelamento progressivo, é necessário que lhes sejam imputados os estímulos suficientemente necessários para que haja um processo evolutivo das capacidades cognitivas, de reflexão e criticidade a partir dos novos vínculos sociais construídos

em sala de aula.

O reconhecimento da linguagem corporal como dimensão expressiva da constituição de saberes escolares derivados das práticas corporais destaca a centralidade do conceito de cultura que ora define a prática pedagógica da Educação Física nas escolas como não apenas a constituição e a consolidação dos saberes escolares a serem abordados por este componente curricular, materializados nas Unidades Temáticas Brincadeiras e Jogos, Esportes, Danças, Lutas, Ginásticas e Práticas Corporais de Aventura; mas também como os procedimentos teórico-metodológicos a serem empreendidos no trato pedagógico desses conhecimentos no cotidiano escolar mediante consideração de seus elementos fundamentais: (1) o movimento corporal (elemento essencial); (2) organização interna (voltada para as particularidades de cada prática corporal); (3) o produto cultural (voltado para as dimensões lúdica, expressiva, competitiva, de excitação física... como instâncias de manifestação de cada uma das práticas corporais) (PERNAMBUCO, 2018 apud BRASIL, 2017).

Todas as intervenções que serão feitas ou deverão ser feitas por um professor deve levar em consideração que se trata de um construto em que a relação professor-aluno se dará com fins na apreensão do conhecimento, onde o professor atuará como mediador do conhecimento e o estudante o centro das formulações, mobilizações e aplicações das aulas.

Para que um conteúdo seja trabalho em sala de aula, o professor precisa dominá-lo com propriedade, visto que a Base Nacional Comum Curricular, trata dos conhecimentos básicos para cada disciplina e no que se refere à Educação Física não é diferente, pois ela organiza esses conhecimentos de acordo com as unidades temáticas para cada fase da educação básica.

Nesse sentido, para o ensino fundamental, prevê-se, em Educação Física, o ensino dessas Unidades Temáticas a partir de uma organização progressiva dos conhecimentos que esteja devidamente contextualizada em função do tempo pedagógico destinado ao processo de construção das aprendizagens, à mobilização dos saberes discentes e à ênfase na compreensão das práticas corporais como produções culturais da humanidade como fundamento para a organização do trabalho pedagógico - à dinâmica sociocultural na qual se manifesta. (PERNAMBUCO, 2018, p. 261).

O tempo pedagógico destinado ao processo de construção das aprendizagens, refere-se ao tempo necessário para que o objetivo das aulas sejam alcançados e haja, de fato, a aquisição, por parte do estudante, das habilidades que se pretende desenvolver a partir de cada intervenção.

Grande parte das escolas públicas brasileiras adotam a prática da unidocência para os estudantes do ensino fundamental anos iniciais e, no caso da educação física, em tese, os professores unidocentes (com formação em pedagogia) também seriam responsáveis pela disciplina, conforme a resolução nº 07 de dezembro de 2010 do Ministério da Educação, em seu

artigo 31 Caput: Do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, os componentes curriculares Educação Física e Arte poderão estar a cargo do professor de referência da turma, aquele com o qual os alunos permanecem a maior parte do período escolar, ou de professores licenciados nos respectivos componentes.

Consoante Fraga (2005) grande parte dos professores unidocentes defendem a ideia de um professor com formação em educação física atuar como auxiliar desses no planejamento, elaboração, aplicação e avaliação das atividades referentes à educação física, que continuariam sendo ministradas pelos professores unidocentes e, nesse caso, o professor de educação física auxiliaria o professor de sala dentro do processo formativo. Essa ideia por si, demonstra que o professor unidocente, mesmo que tenha no seu currículo formativo uma cadeira que trata basicamente de conhecimentos da educação física, não conseguem esgotar, por meio de sua prática, os saberes que os estudantes precisam aprender dentro dos conteúdos da disciplina, pois estes não detêm os conhecimentos que o permitam imergir com a propriedade que a disciplina requer, daí porque a elaboração, o planejamento e aplicação das aulas necessitam de um professor com formação específica.

Refutando a ideia de Fraga, Darido (2001) expõe um projeto no qual estudantes de educação física, atuaram como estagiários de professores de sala no sentido de auxiliá-los no planejamento, elaboração e aplicação de aulas de educação física, ao término do projeto, os relatos dos estudantes deram conta de que todos os professores de sala se ausentaram das atividades que ficaram a cargo exclusivo dos estagiários demonstrando a ineficiência do *modus operandi* proposto por Fraga e evidenciando ainda mais a impossibilidade de um professor com formação em uma área do conhecimento ministrar os conteúdos de uma área diversa da sua formação, quando esse conhecimento requer expertise. De outro modo a Educação Física perderia sua razão de existir enquanto área do conhecimento com dotação própria de conteúdos e a formação superior nesta área. Neste contexto, as faculdades e universidades que ofertam os cursos de graduação em Educação Física não cumpririam sua função social que é a de formar docentes capazes de intervir diretamente no cotidiano das escolas com vistas à ação educativa sem intermediação de docentes de áreas distintas da sua formação.

Além de obrigatória no currículo escolar, a Educação Física é um dos componentes presentes em todas as etapas, níveis e modalidades do ensino, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, dado ao seu alcance nos processos formativos, bem como as possibilidades de aplicação dos seus conteúdos pensados e direcionados à ação docente.

A intencionalidade da prática pedagógica se baseia na estruturação dos saberes que apontam para a construção coletiva de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, a fim de promover a transformação do status quo dos indivíduos, manifestada por meio de uma sucessão de ações

que planejam as escolhas dos recursos, dos processos e das metodologias mais eficientes que desemboque no uso e apropriação do conhecimento por parte dos estudantes.

A formação docente em cada campo do conhecimento tem uma estrutura própria, bem como uma finalidade em si, o que configura esse campo como uma área do saber.

Não se concebe a ideia de um professor de matemática lecionando educação religiosa, pois seria necessário que este tivesse um conhecimento mais profundo, não só acerca dos dogmas religiosos, mas também de sua fundamentação epistêmica, o que de certo não é tratado em sua formação básica. Também não é possível pensar na ideia de um professor de educação física lecionando a disciplina de língua portuguesa, pois sua formação específica é completamente diferente, do contrário estaria sendo estimulada e ampliada a prática da unidocência ao longo de toda educação básica, o que não seria razoavelmente aceitável, do ponto de vista da sobrecarga acometida ao professor e, para além disso, não seria possível que os conteúdos fossem tratados com a imersão necessária para produzir apreensão do conhecimento por parte do aluno, o que deixaria o ensino básico deficiente.

Na Base Nacional Comum Curricular - BNCC, homologada em 2017, que trata da educação básica em nível nacional, o ensino fundamental anos iniciais, que vai do 1º ao 5º ano, é dividido em dois blocos. O primeiro bloco vai do 1º ao 2º ano e o segundo bloco vai do 3º ao 5º ano respectivamente. Para o primeiro bloco estão previstas as seguintes Unidades Temáticas: Brincadeiras e Jogos, Esportes, Ginásticas e Danças e para o segundo bloco, além destas, estão previstas as Lutas. Em cada uma dessas Unidades Temáticas estão contidos os seus respectivos objetos de conhecimento e para cada objeto de conhecimento estão previstas as habilidades que se pretende desenvolver juntamente com os estudantes e todos esses saberes estão contidos nos conhecimentos da Educação Física.

É possível citar, por exemplo, que para a unidade temática Brincadeiras e Jogos, Brasil (2018) tem como “Objetos de Conhecimento: Brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional”, a fim de que os estudantes desenvolvam as seguintes habilidades:

(EF12EF01) Experimentar, fruir e recriar diferentes brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional, reconhecendo e respeitando as diferenças individuais de desempenho dos colegas. (EF12EF02) Explicar, por meio de múltiplas linguagens (corporal, visual, oral e escrita), as brincadeiras e os jogos populares do contexto comunitário e regional, reconhecendo e valorizando a importância desses jogos e brincadeiras para suas culturas de origem. (EF12EF03) Planejar e utilizar estratégias para resolver desafios de brincadeiras e jogos populares do contexto comunitário e regional, com base no reconhecimento das características dessas práticas. (EF12EF04) Colaborar na proposição e na produção de alternativas para a prática, em outros momentos e espaços, de brincadeiras e jogos e demais práticas corporais tematizadas na escola, produzindo textos (orais, escritos, audiovisuais) para divulgá-las na escola e na comunidade. (BRASIL, 2018, p. 227).

Visto que para cada unidade temática há, além dos seus respectivos objetos do conhecimento, as habilidades que se pretende desenvolver com os estudantes, fica bem claro que dentro dos conteúdos da Educação Física há uma multiplicidade de conhecimentos específicos que não é possível ser ministrados por algum professor que não detenha essa formação e vice-versa, pois como já foi dito, existe uma intencionalidade na ação docente a partir da sistematização e mobilização dos saberes com um fim bem definido.

Sob a perspectiva epistemológica da Educação Física, sua prática precisa ser validada dentro de um campo de conhecimento, pois, sem a formação específica, sem o conhecimento necessário e sem uma boa fundamentação teórica, não há que se falar em prática docente muito menos em aula de educação física, pois a prática docente não se configura como a mera reprodução e transmissão de conteúdo, assim como a aula de educação física não é uma simples atividade de recreação com finalidade no lazer exclusivamente.

Cabe ao poder público e a sociedade como um todo responder a essas questões, visto que existe uma vasta quantidade de exemplos que demonstram a impossibilidade de um professor com formação em pedagogia, ou em qualquer outra área diversa, de lecionar a disciplina de educação física de forma a atender os requisitos e pressupostos deste campo a contento.

A Educação Física não é uma área acessória do conhecimento, mas um conhecimento integrado ao currículo escolar, inclusive regulamentado pela lei que rege a educação brasileira, a LDB, de sorte que qualquer ação político-educativa fora desse entendimento foge do escopo legal e, quanto a isso, cabe ao poder público uma ação mais contundente e efetiva no sentido de fazer cumprir a norma vigente que atenda a sociedade efetivamente, buscando melhorar a qualidade da educação básica.

Em geral, a educação básica é regida por normas, como a LDB, que estabelece uma formação básica em nível superior em cursos de licenciatura plena, conforme artigo 62 da referida lei, mas admite, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a formação em nível médio, na modalidade normal, no entanto a lei nº 9.696, de 1 de setembro de 1998, que estabelece o Conselho Federal de Educação Física como órgão responsável pelos Profissionais de Educação Física, estabelece em seu artigo 1º que “o exercício das atividades de Educação Física e a designação de Profissional de Educação Física é prerrogativa dos profissionais regularmente registrados nos Conselhos Regionais de Educação Física.” O que implica na obrigatoriedade legal da presença de um professor com formação específica na ministração de aulas de educação física, seja em escolas, em clubes, em academias ou qualquer outro espaço onde os conteúdos tratados digam respeito aos conteúdos da Educação Física. Ainda dentro do mesmo contexto a referida lei trata das

competências desse profissional, descrevendo no bojo do seu artigo 3º o seguinte:

Compete ao Profissional de Educação Física coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, **científicos e pedagógicos**, todos nas áreas de atividades físicas e do desporto. (BRASIL, 1998, art. 3º).

Em 12 de dezembro de 2010, exatamente dois dias antes da publicação da Resolução nº 07 de 14 de dezembro de 2010 CNE/CEB, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, já citado acima, foi publicado o Estatuto do Conselho Federal de Educação Física - CONFEF, no DO. nº 237, Seção 1, págs. 137 a 143, 13/12/2010, onde está elencado, de forma exemplificativa, no artigo 9º §2º, algumas das atividades desenvolvidas pelo profissional com formação em Educação Física.

Para efeito do caput deste artigo consideram-se atividades físicas: ginásticas, exercícios físicos, desportos, jogos, lutas, capoeira, modalidades esportivas oriundas das artes marciais, danças, atividades rítmicas, expressivas e acrobáticas, musculação, lazer, recreação, reabilitação, ergonomia, relaxamento corporal, ioga, exercícios compensatórios à atividade laboral e do cotidiano e outras práticas corporais -, tendo como propósito favorecer o desenvolvimento da educação e da saúde, contribuindo para a capacitação e/ou restabelecimento de níveis adequados de desempenho e condicionamento físico dos seus beneficiários, visando à consecução do bem-estar e da qualidade de vida, consciência, da expressão e estética do movimento, da prevenção de doenças, da promoção, proteção, manutenção e reabilitação da saúde, observados os preceitos de responsabilidade, segurança, qualidade técnica e ética no atendimento individual e coletivo (CONFEF, 2010, p. 5).

Devemos, no entanto, considerar que há uma diferença entre atividade física e exercício físico, assim como devemos entender que a responsabilidade de um professor de educação física diz respeito às atividades que requeiram um planejamento específico, elaborado e estruturado de atividades físicas, com fins educativos ou para a saúde e nesse caso, há sim uma necessária expertise. Devemos compreender também que antes da instituição da profissão de educador físico, já havia praticantes de atividades físicas, como os praticantes de artistas marciais, os praticantes das danças, dentre outras atividades físicas que prescindem da obrigatoriedade da formação em educação física, conforme entendimento majoritário da literatura.

Ainda de acordo com CONFEF (2010) - “Os campos da atuação do Profissional de Educação Física são definidos a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais que dispõem sobre a formação do Profissional de Educação Física nas quais os núcleos de conhecimentos de fundamentação e de conhecimentos profissionais caracterizam a unidade de atuação profissional, visto que:

Os conteúdos curriculares dos cursos de Educação Física serão guiados pelo critério da orientação científica, da integração teoria e prática e do conhecimento do homem e sua corporeidade, da cultura, da sociedade e da natureza e as possibilidades de interação

desse conceitos que permitam a intervenção profissional. Eles deverão possibilitar uma formação abrangente para a competência profissional de um trabalho com seres humanos em contextos histórico-sociais específicos, promovendo um contínuo diálogo entre as áreas de conhecimento científico e as especificidades da Educação Física. (BRASIL, 2002, p. 7)

O Estatuto do Conselho Federal de Educação Física descreve em seu Art. 14 o seguinte:

Nas entidades privadas e nos órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta, autárquica ou fundacional e nas pessoas jurídicas de direito público, os empregos e cargos envolvendo atividades que constituem prerrogativas dos Profissionais de Educação Física somente poderão ser providos e exercidos por Profissionais devidamente habilitados e com registro ativo no Sistema CONFEF/CREFs. (CONFEF/CREF, 2019, art. 14).

Considerando que os estatutos e as resoluções não possuem a mesma força de uma lei, mas possuem força infralegal com alcance normativo sobre determinado grupo de forma a regulamentar suas ações internamente ou de forma mais ampla, a instrução normativa tratada aqui, fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais com alcance sobre toda a educação básica brasileira, já o Estatuto do Conselho Federal de Educação Física orienta as condutas do Profissionais de Educação Física também em âmbito nacional, no entanto, este deriva de uma lei federal, que, em tese, tem prevalência sobre aquela.

Essa informação se torna relevante porque deixa explícito que há um conflito normativo entre instrumentos regulamentadores que tratam da mesma temática, contudo a previsão estatutária do Profissional de Educação Física deriva de processo legislativo, muito embora, não há aqui a intenção de propor uma discussão sobre jurisdição, jurisprudências ou mesmo do alcance das normas, mas há a intenção de explicitar um conflito que tende a dar margem para interpretações que acabam por dificultar as políticas públicas no que tange à ação docente da Educação Física nos anos iniciais do ensino fundamental.

Assim como o Professor precisa atuar como mediador entre o conhecimento e o aprendizado, orientando e estimulando o desenvolvimento de competências e habilidades específicas no aluno, ele mesmo, precisa ter as competências e habilidades necessárias para alcançar esse objetivo. Nessa perspectiva

O graduado em Educação Física deverá: Ter sólida formação nas áreas de conhecimentos que formam a identidade do curso, que o capacite para compreensão, análise, transmissão e aplicação dos conhecimentos da Atividade Física/Motricidade Humana/Movimento Humano e o exercício profissional em Educação Física com competências decorrentes das relações com a pesquisa e a prática social; Estar capacitado para intervir em todas as dimensões de seu campo, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento da Educação Física e das práticas essenciais de sua produção e socialização e de competências técnico-instrumental a partir de uma atitude crítico-reflexiva;[...] Dominar um conjunto de competências de natureza técnico-instrumental, humana e político-social, nas dimensões que privilegiam o saber, o saber aprender, o saber pensar, o saber fazer, o saber conviver e o saber ser, para atuar

Os principais conhecimentos que o Professor de Educação Física precisa dominar sobre a Educação Física Escolar nas séries iniciais do ensino fundamental incluem os melhores conhecimentos pedagógicos, sua fundamentação teórica e a metodologia mais indicada para esse público, além de compreender como se dá o desenvolvimento motor, para entender como as crianças desenvolvem habilidades motoras, bem como planejar atividades adequadas para diferentes faixas etárias, dentro da Pedagogia da Educação Física, além de dominar as melhores metodologias de ensino que promovam aprendizado e participação ativa dos alunos com significado e propósito bem definido. De acordo com as DCNs do curso de Educação Física, o profissional de educação física deverá possuir, também, competências que permitam:

Atuar profissionalmente, compreendendo a natureza humana em suas dimensões, em suas expressões e fases evolutivas; Desenvolver formação técnico-científica que confira qualidade ao exercício profissional;[...] Atuar em equipes multiprofissionais destinadas a planejar, coordenar, supervisionar, implementar, executar e avaliar atividades na área de educação, esporte e de saúde;[...] Dominar os conhecimentos científicos básicos da natureza bio-psico-socio-ambiental subjacentes à prática do Profissional de Educação Física e ter raciocínio crítico na interpretação dos dados, na identificação da natureza dos problemas da prática do Profissional de Educação Física e na sua resolução; (BRASIL, 2002, p. 5-6)

Há uma multiplicidade de conteúdos dentro dos conhecimentos da Educação Física. É preciso reconhecer e saber ensinar as diferentes modalidades nos grupos dos esportes, das ginásticas, das danças, dos jogos e das demais unidades temáticas, diferenciando os processos que se dão na escola, em casa, nos espaços de recreação e lazer, bem como nos mais diversos espaços sociais, buscando incluir nessa prática uma metodologia que permita aos alunos compreenderem e diferenciarem as dimensões conceituais, procedimentais, atitudinais além dos valores sócio-educativos, a fim de que estes se tornem pessoas ativas e protagonistas dentro dessa relação, que perpassa a escola.

Para que a mobilização de todas as informações trazidas até agora ganhe sentido no que se pretende construir enquanto cerne desta pesquisa, é necessário fazer algumas reflexões a partir do entendimento de alguns conceitos, e é isto que se fará a partir de agora.

Dentro dos conteúdos da Educação Física para os anos iniciais do ensino fundamental na rede municipal de ensino do Recife, queremos refletir a partir do que trata os conhecimentos apontados pela Base Nacional Comum Curricular e pelo Plano Municipal de Educação do referido município.

2.4 A EDUCAÇÃO FÍSICA SOB A PERSPECTIVA MUNICIPAL DO RECIFE

Para o primeiro ano do Ensino Fundamental, no Eixo Brincadeiras e Jogos, a Matriz Curricular do Recife, propõe trabalhar os elementos lúdicos e simbólicos, bem assim a BNCC busca tratar das Brincadeiras e Jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional.

As Brincadeiras e Jogos no contexto escolar são atividades educativas, trabalhadas com ludicidade com o objetivo de desenvolver habilidades junto aos alunos, a fim de ampliar o seu acervo motor, desenvolver habilidades sócio afetivas, cognitivas, cooperativas, etc., e estão dentro de um mesmo contexto por fazerem uma abordagem lúdica do conhecimento.

O jogo não é simplesmente um “passatempo” para distrair os alunos, ao contrário, corresponde a uma profunda exigência do organismo e ocupa lugar de extraordinária importância na educação escolar. Estimula o crescimento e o desenvolvimento, a coordenação muscular, as faculdades intelectuais, a iniciativa individual, favorecendo o advento e o progresso da palavra. Estimula o indivíduo a observar e conhecer as pessoas e as coisas do ambiente em que vive (TEZANI, p.2. 2006).

Os jogos possuem regras claras, previamente estabelecidas pelo grupo de jogadores onde todos precisam jogar dentro do que foi acordado. Eles podem ser classificados por diferentes critérios como: por tipo, por idade dos jogadores, pela sua finalidade ou mesmo pela forma como se desenvolvem. No contexto escolar há predominância quanto a sua finalidade, pois dentro desse grupo há os jogos educacionais, utilizados como ferramentas didático-pedagógicas para desenvolver habilidades, conhecimentos, atitudes e valores, bem como os jogos recreativos, cuja finalidade é recreativa e de lazer, mas sem um objeto de conhecimento definido, o chamado brincar livre, e os jogos competitivos, onde há uma certa disputa entre os jogadores, com uma finalidade de ensinar outros valores como ganhar e perder, vitória e derrota, etc.

Partindo da ideia dos jogos educacionais, é possível fazer uma correlação entre os elementos dos jogos e as relações sociais. Tanto nos jogos quanto na sociedade existem regras, essas regras precisam ser claras e todos precisam moldar as suas ações dentro delas.

As regras do jogo podem ser entendidas, de forma associativa, como os elementos normativos da sociedade, que tem uma finalidade social e parte do interesse coletivo, a fim de organizar as práticas sociais, não só por meio de comandos e orientações, mas também pela compreensão de aceitação e de autorregulação individual das emoções e dos comportamentos para atingir objetivos e adaptar-se a situações sociais.

O fazer ou deixar de fazer algo em detrimento de acordos pressupõe que as condutas precisam estar enquadradas em uma determinada conduta, contudo, isso não significa dizer que as pessoas que se adequam a determinados comportamentos socialmente aceitáveis, estão assumindo a postura de um “corpo dócil”, é sobre a necessidade de compreender que algumas

condutas precisam de atitudes e ações que sigam as normas, as expectativas e os valores de uma sociedade, promovendo a boa convivência e o respeito entre as pessoas, que não cumpra uma regra cegamente ou um comando com “sim senhor” ou “não senhor” sem questionar, mas que sejam pessoas críticas que compreendam a necessidade de agirem de forma respeitosa e colaborativa.

Percebam que os jogos são muito mais do que simples elementos de descontração e lazer.

A ideia de fazer essas ponderações parte do princípio de que o espaço educativo sempre tem vistas aos espaços sociais, a ação educativa da sala de aula sempre tem vistas ao exercício da cidadania, o ser lúdico não exclui o ser educativo, a ação docente não pode deixar de ter intencionalidade.

O conhecimento prévio do conteúdo, vai facilitar a mobilização dos elementos didáticos-metodológicos, bem como todos os elementos da práxis. O planejamento, os objetivos, a metodologia, os recursos, a avaliação e as referências utilizadas, devem ser postos de forma que as aulas cumpram seu objetivo.

De acordo com a Política de Ensino da Rede Municipal do Recife (Recife, 2018) os objetivos de aprendizagem das brincadeiras e jogos são os de: “identificar as experiências e o conhecimento sobre o que é jogo/brincadeira, inerentes à sua realidade de ação corporal, reconhecendo e respeitando as diferenças individuais de desempenho dos(as) colegas.” Além de “reconhecer as regras básicas para acontecimento dos jogos/brincadeiras.”

É possível identificar com bastante clareza as relações e os papéis sociais que podem ser problematizados em cada uma das atividades dentro deste conhecimento.

Rir, aceitar limites, organizar uma tarefa, concentrar, disputar, estar atento, sentir frio na barriga, raciocinar, pensar, gargalhar, competir com os outros e consigo próprio, ser curioso, ter prazer, cooperar, descobrir-se na relação com os outros, ser ágil, surpreender-se com a atitude do outro, emocionar-se... Difícil esgotar a riqueza de contribuições que os jogos e brincadeiras podem trazer para o desenvolvimento humano de seres pequenos, jovens ou adultos. (BRASIL, 2008, p. 61-62).

Quando remetemos a prática da educação física à realidade infraestrutural da grande maioria das escolas, mesmo aquelas que não detêm uma quadra poliesportiva ou um espaço consignado para a realização de algumas atividades inerentes à disciplina, é possível realizá-la dada a sua riqueza de possibilidades e adaptabilidade aos espaços escolares. São atividades que podem ser realizadas no pátio, na sala de reuniões ou mesmo nas salas de aulas com uma configuração diferente da tradicional.

O professor precisa ter em mente o que ele pretende desenvolver enquanto habilidade, respeitando a proposta político-pedagógica da escola. Por exemplo: supondo que o professor

queira desenvolver e estimular a coordenação motora fina, a coordenação óculo-manual e a atenção por meio de uma atividade em que o estudantes precisem lidar com graus de dificuldades ascendentes em um local que não demande grandes espaços e que precise ser adaptado a estrutura de uma escola pequena, a educação física consegue propor uma série de atividades que cumpram este requisito. A brincadeira Três Marias ou Almofadinha, por exemplo, é uma atividade extremamente interessante e que cumpre esse requisito. Para iniciar, o aluno pode utilizar pequenas pedras, ou até mesmo costurar saquinhos de almofadinhas, com arroz cru, areia, etc. O jogador deve lançar todas as ‘marias’ para o alto e deixá-las onde caírem. Ele escolhe uma das ‘marias’, lançando-a novamente para cima. Ao mesmo tempo em que deve recolher outro saquinho do chão e, com a mesma mão, apanhar o que foi lançado ainda no ar. Em outra rodada, as cinco ‘marias’ são jogadas mais uma vez, mas, neste momento, o jogador terá de recolher dois saquinhos, além da ‘maria’ ainda no ar, sempre usando uma só mão. A cada rodada o grau de dificuldade pode aumentar.

Esse é apenas um exemplo de possibilidades de aulas de educação física em escolas que não tenham uma grande estrutura, se este for o argumento utilizado para justificar a ausência de aulas de educação física para o grupo de estudantes, aqui tratado.

Sob a perspectiva da ludicidade, as brincadeiras e jogos assumem um papel de socializador, pois trata de oportunizar às crianças o desfrute de momentos que muitas vezes não é possível para elas no seu dia a dia diante de algumas condições e realidades sociais.

Esse momento oportunizado pela escola, visa a ampliação das suas experiências com fins na construção do conhecimento de forma a estimular suas capacidades, pois, há também o estímulo aos saberes que essa criança precisará para vivências futuras, fora do ambiente escolar, a fim de que estas se tornem autônomas.

O que o professor de educação física busca através das suas aulas é tratar dos saberes sócio-educacionais. O Saber, enquanto conhecimento, que trata da socialização e da construção desse conhecimento, o Saber Fazer, enquanto aplicação desse conhecimento, que trata da execução do que foi ensinado e avaliação do que foi aprendido com a finalidade de produzir autonomia e modificação do primeiro estado do estudante e, o Saber Ser enquanto incorporação desse conhecimento a partir das reflexões propostas para uma ação voltada ao estímulo das atitudes e os valores sociais que podem ser discutidos a partir de cada intervenção.

Tanto as brincadeiras quanto os jogos são fundamentais para o desenvolvimento integral das crianças e, na escola, o professor de educação física é a pessoa que vai articular esses conhecimentos sob a perspectiva educacional.

Para cada um dos dois grupos escolares do ensino fundamental anos iniciais (grupo 1 (um): 1º - 2º ano e grupo 2 (dois): 3º - 5º ano), o município do Recife propõe um conjunto de

conhecimentos articulados com a BNCC que vão ganhando graus de complexidade maiores à medida que os estudantes vão passando de um ano para o outro.

Para a mesma unidade temática, brincadeiras e jogos, o município do Recife institui para o segundo ano do ensino fundamental os Elementos Lúdicos e Simbólicos para atingir os seguintes Objetivos de Aprendizagem:

(1)Identificar e experimentar jogos/brincadeiras que se enquadrem na classificação popular. (2)Reconhecer as regras básicas para acontecimento dos jogos/brincadeiras. (3) Experimentar ludicamente, diferentes jogos/brincadeiras, relacionando-os a situações do dia a dia. (4)Reconhecer por meio de múltiplas linguagens (corporal, visual, oral e escrita), entendimentos dos Jogos/brincadeiras populares, de forma organizada, e contextualizada. (RECIFE, 2021, p. 143).

Dentro desse eixo estão previstos alguns conteúdos a serem trabalhados, como: A tipologia dos jogos, os fundamentos de regulação, os fundamentos gestuais e de organização e os princípios de realização, todos articulados com a Base Nacional Comum Curricular.

Para além das brincadeiras e jogos, a proposta do município do Recife preconiza o ensino da Dança, da Ginástica e dos Esportes e cada um desses conteúdos seguem exatamente a mesma premissa das brincadeiras e jogos, dentro de cada grupo, com progressão de complexidade para cada ano, enquadrados nos eixos, objetivos de aprendizagem e conteúdos e toda essa configuração exige que as aulas de educação física sejam ministradas por um professor com formação específica.

2.5 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.5.1 Plataformas de Pesquisa

Para esta revisão bibliográfica foi realizada uma pesquisa no Periódico Capes, para tanto, foram utilizados os seguintes **termos de busca** e/ou **palavras descritoras**: “Educação Física” AND “Ensino Fundamental” AND “Anos Iniciais”. Além dos descritores acima foram utilizados os seguintes **filtros**: Artigos; Revisado por Pares; em Português; do período de 2014 a 2024. Foram encontrados 35 resultados, dos quais foram selecionados 11 (onze) trabalhos levando em consideração a sua relevância.

2.5.2 QUADRO 1 - Artigos selecionados do Portal Periódicos CAPES

ANO	AUTOR	TÍTULO
Publicado em 2015	Leonardo Marcelino Luz e Kresley Neri Magalhães,	Educação física nos anos

		iniciais do ensino fundamental: significações de uma professora.
Publicado em 2016	Carmem Elisa Henn Brandl e Inácio Brandl Neto	A importância do professor de educação física nos anos iniciais do ensino fundamental
Publicado em 2016	Mariana Chicorski, Regiane Paz Müller, Valderi Abreu de Lima, William Cordeiro de Souza, Luís Paulo Gomes Mascarenhas e Marco Antonio Salles Rosa	Prevenção de problemas posturais: a importância do professor de educação física
Publicado em 2016	Inácio Brandl Neto	Situações cooperativas nas aulas de educação física nos anos iniciais do ensino fundamental
Publicado em 2017	Marlon Messias Santana Cruz e Pedro Alves Castro,	Educação física nas séries iniciais do ensino fundamental na cidade de Guanambi/BA: entre a legalidade e a legitimidade
Publicado em 2019	Cátia Silvana da Costa e Maria Iolanda Monteiro	A Educação Física e as Suas Possíveis Interdisciplinaridades Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Publicado em 2019	Fabiana Pomin e Lucimar Rosa Dias,	Educação das relações étnico-raciais em aulas de educação física
Publicado em 2020	Vitor Pereira de Oliveira, Andreolle Augusto dos Santos, Adriano Gonçalves da Silva, Fábio Pinto Gonçalves dos Reis, Marco	Efeitos dos ambientes escolares e dos recursos disponibilizados às aulas de educação física na

	Túlio Silva Batista, Fabiana de Paula Pereira, Lúcio Fernandes Ferreira, Cleverton José Farias de Souza e Alessandro Teodoro Bruzi.	proficiência motora de crianças em um município no Sul de Minas Gerais
Publicado em 2021	Arestides Pereira da Silva Júnior e Vânia de Fátima Matias de Souza,	Educação física escolar: desafios e possibilidades na atualidade.
Publicado em 2022	Antonia Laurentino Freires, Valmiza da Costa Rodrigues Durand, Fábio Marques Bezerra, Tolstói Silvestre de Almeida Batista, Antônio de Pádua Dias Braga, Antônio Fernandes Filho, Giliara Carol Diniz Gomes de Luna, Thales Victor Fernandes Ferreira, Aline Carla de Medeiros, Maria Amanda Laurentino Freires, Ariane Laurentino Freires Canuto, Wyara Ferreira Melo, Fagno Dallino Rolim, Adriano Cipriano de Sousa e Patrício Borges Maracajá,	Educação física nos anos iniciais do ensino fundamental: um estudo de caso a partir das percepções de professores da Escola Vereador João Gonçalves do Município de Marizópolis, Paraíba
Publicado em 2023	Andréia Paula Basei, E Orlandi,	A atuação do professor de educação física na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental sob a ótica dos gestores municipais de educação de Ivaiporã, PR

A pesquisa publicada no ano de 2015, dos autores Leonardo Marcelino Luz e Kresley Neri Magalhães, sob o título: **Educação física nos anos iniciais do ensino fundamental: significações de uma professora**, visa discutir o papel desempenhado pelo componente curricular Educação Física nos anos iniciais do ensino fundamental, a partir da de uma entrevista aplicada a uma professora de educação física da rede pública estadual de São Paulo, apresentando o seguinte resultados: A análise e interpretação dos dados apontam que a professora busca legitimar a Educação Física neste segmento da educação básica por meio de prováveis contribuições que possa oferecer à professora polivalente, possivelmente devido à sua recente inserção nas escolas e

sua frágil história nas escolas dos anos iniciais do ensino fundamental. Discute-se ao final qual seria o papel da Educação Física como componente curricular nos anos iniciais do ensino fundamental.

A pesquisa publicada no ano de 2016, dos autores Carmem Elisa Henn Brandl e Inácio Brandl Neto, sob o título: **A importância do professor de educação física nos anos iniciais do ensino fundamental**, teve por objetivo mostrar a importância do professor de educação física ministrar as aulas para os anos iniciais do ensino fundamental, a partir de uma experiência realizada em algumas escolas municipais do oeste do Paraná. Os resultados dos testes motores e as respostas dos questionários mostraram que as crianças melhoraram tanto as suas habilidades motoras básicas, bem como os seus aspectos emocionais, sociais, cognitivos, depois que começaram a ter aulas com professores de educação física durante o projeto.

A pesquisa publicada no ano de 2016, dos autores Mariana Chicorski, Regiane Paz Müller, Valderi Abreu de Lima, William Cordeiro de Souza, Luís Paulo Gomes Mascarenhas e Marco Antonio Salles Rosa, sob o título: **Prevenção de problemas posturais: a importância do professor de educação física**, buscou, como objetivo, verificar a importância do professor de educação física diante do assunto “Postura Corporal”, e suas possíveis intervenções, no sentido da educação postural ainda nos anos iniciais do ensino fundamental, como medidas preventivas. Resultados e Discussões: Através da literatura pesquisada foi possível verificar que o professor de Educação Física, pode ajudar detectar possíveis alterações na sua postura, bem como, conscientizar, orientar, prevenir, e ainda possibilitar aquisições de hábitos saudáveis, que possam ser redimensionados para toda vida da criança.

A pesquisa publicada no ano de 2016, do autor Inácio Brandl Neto, sob o título: **Situações cooperativas nas aulas de educação física nos anos iniciais do ensino fundamental**, teve o objetivo de investigar situações cooperativas que ocorrem nas aulas de Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Foram observadas e descritas 60 aulas de cinco regentes efetivas de três escolas da cidade de Marechal Cândido Rondon, Paraná. A pesquisa foi descritiva de natureza qualitativa e quantitativa, cujo resultado mostrou a utilização de 11 tipos de situações cooperativas e o total de 405 ocorrências.

A pesquisa publicada no ano de 2017, dos autores Marlon Messias Santana Cruz e Pedro Alves Castro, sob o título: **Educação física nas séries iniciais do ensino fundamental na cidade de Guanambi/BA: entre a legalidade e a legitimidade**, buscou evidenciar a relevância da Educação Física para o desenvolvimento do sujeito e sua inserção como Componente Curricular da educação escolar nos anos iniciais do ensino fundamental, a partir do olhar crítico sobre esta realidade, no intuito de compreender os nexos e relações da atuação do(a) professor(a) no referido segmento de ensino. Como resultado, foi possível identificar a ausência do professor de Educação Física para

atuar nesse segmento de ensino. Portanto, na realidade analisada, as aulas de Educação Física são ministradas por professores generalistas, o que compromete a legitimidade deste componente curricular.

A pesquisa publicada no ano de 2019, dos autores Catia Silvana da Costa e Maria Iolanda Monteiro, sob o título: **A Educação Física e as Suas Possíveis Interdisciplinaridades Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental**, discute possibilidades de articulação entre as diferentes linguagens com base na linguagem corporal como meio para o desenvolvimento da especificidade da Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A discussão dessa pesquisa se fundamenta nos resultados de uma dissertação de mestrado em educação, desenvolvida mediante um estudo de caso como uma das possibilidades de pesquisa qualitativa, com uso de observações, entrevistas e análise de documentos de forma que, observou-se que as características elucidadas no eixo “conteúdo escolar” contemplam os processos de alfabetização e letramento, possibilitam a articulação/fortalecimento entre áreas e se relacionam com as questões das políticas públicas de formação de professores de Educação Física.

A pesquisa publicada em 2019, dos autores Fabiana Pomin e Lucimar Rosa Dias, sob o título: **Educação das relações étnico-raciais em aulas de educação física**, buscou, por meio das aulas de educação física, discutir as relações étnico-raciais a partir dos jogos e brincadeiras, buscando trabalhar as dimensões conceituais, procedimentais e atitudinais do conhecimento. Após a vivência das atividades os alunos apreenderam novos conceitos sobre aspectos das culturas negra e indígena que colaboraram na superação de ideias preconceituosas, o que os ajudou a valorizar o patrimônio cultural brasileiro.

A pesquisa publicada no ano de 2020, dos autores Vitor Pereira de Oliveira, Andreolle Augusto dos Santos, Adriano Gonçalves da Silva, Fábio Pinto Gonçalves dos Reis, Marco Túlio Silva Batista, Fabiana de Paula Pereira, Lúcio Fernandes Ferreira, Cleverton José Farias de Souza, Alessandro Teodoro Bruzi, sob o título: **Efeitos dos ambientes escolares e dos recursos disponibilizados às aulas de educação física na proficiência motora de crianças em um município no Sul de Minas Gerais**. O objetivo deste estudo foi verificar se o ambiente escolar e as aulas de Educação Física modificam o desempenho motor de crianças dos anos iniciais do ensino fundamental, de escolas da rede pública (EPb) e da rede particular (EPa) em um município ao Sul de Minas Gerais. Os resultados mostraram que os estudantes da EPa apresentaram proficiência motora melhor quando comparado aos da EPb. A análise de covariância evidenciou que o ambiente escolar está relacionado ao processo de desenvolvimento de habilidades motoras fundamentais, porém, a prática pedagógica do professor não interferiu significativamente na referida aprendizagem das crianças.

A pesquisa publicada no ano de 2021, dos autores Arestides Pereira da Silva Júnior e Vânia de

Fátima Matias de Souza, sob o título: **Educação física escolar: desafios e possibilidades na atualidade**, Teve por objetivo, discutir a importância da educação física enquanto componente curricular sob o contexto da desvalorização da disciplina nas escolas nos últimos anos, além de apontar possibilidades para a atuação docente no campo da educação física a partir da análise de publicações consideradas relevantes para esta temática. Considerando o exposto e compreendendo a necessidade de refletir de forma coletiva essa conjuntura atual e com impactos diretos na ação cotidiana dos professores de educação física, o grupo de pesquisadores da área entendeu como necessário um espaço para publicizar, dialogar e apresentar reflexões sobre a educação física escolar. Assim o Grupo de Extensão e Pesquisa em Educação Física Escolar (GEPEFE) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Educação Física Escolar e Políticas Educacionais (GEEFE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) se uniram para a construção de um dossiê temático denominado “Educação Física Escolar: desafios e possibilidades na atualidade”. O dossiê teve 32 artigos aprovados, escritos por 112 autores, contemplando 11 estados de todas as regiões do Brasil e com o envolvimento de 34 instituições de ensino superior.

A Pesquisa publicada no ano de 2022, dos autores Antonia Laurentino Freires, Valmiza da Costa Rodrigues Durand, Fábio Marques Bezerra, Tolstói Silvestre de Almeida Batista, Antônio de Pádua Dias Braga, Antônio Fernandes Filho, Giliara Carol Diniz Gomes de Luna, Thales Victor Fernandes Ferreira, Aline Carla de Medeiros, Maria Amanda Laurentino Freires, Ariane Laurentino Freires Canuto, Wyara Ferreira Melo, Fagno Dallino Rolim, Adriano Cipriano de Sousa, Patrício Borges Maracajá, sob o título: **Educação física nos anos iniciais do ensino fundamental: um estudo de caso a partir das percepções de professores da Escola Vereador João Gonçalves do Município de Marizópolis, Paraíba**. O objetivo da pesquisa foi analisar as percepções dos professores pedagogos, nos anos iniciais do ensino fundamental da escola onde a pesquisa foi feita, sobre as aulas educação física escolar, bem como discutir a importância das aulas serem ministradas por professores com formação em educação física. Os achados apontam que os professores pedagogos sabem da importância do professor de educação física nas turmas dos anos iniciais, sentem que têm um conhecimento limitado em relação às temáticas que precisam ser trabalhadas em sala de aula e admitem que dão às aulas um caráter recreativo. Os mesmos enfatizaram que o professor de Educação Física pode auxiliar no desenvolvimento integral da criança ao trabalhar suas competências e habilidades, tornando-a mais interativa e segura diante do seu próprio mundo e do mundo como um todo.

A pesquisa publicada no ano de 2023, dos autores Andréia Paula Basei e E. Orlandi, sob o título: **A atuação do professor de educação física na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental sob a ótica dos gestores municipais de educação de Ivaiporã, PR**,

objetivou identificar os municípios do Núcleo Regional de Educação de Ivaiporã, PR, em que a educação física na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental nas escolas públicas é trabalhada por professores com formação na área e, analisar as concepções dos gestores sobre a importância do componente curricular e do professor com formação específica. Evidenciou-se que a maioria dos professores que ministram as aulas não possui formação na área específica e, naqueles municípios em que há professores da área, notou-se um quantitativo insuficiente para atender as demandas. Conclui-se que é necessário garantir o acesso à educação física de qualidade em todos os níveis da educação básica e que, os gestores possuem responsabilidades na articulação de políticas educacionais para valorização docente.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

Esta pesquisa foi realizada no município do Recife, por meio de alguns instrumentos de levantamento de dados, dividida em 3 (três) momentos distintos. No primeiro momento foram feitas observações *in situ*, momento em que foram ministradas aulas de educação física e observado o funcionamento da escola bem como a sua estrutura. No segundo momento, elaboramos um questionário e enviamos à Secretaria Municipal de Educação do Recife, via Lei de acesso à Informação - LAI, momento em que obtivemos respostas relevantes no que se refere à legislação municipal que trata da temática deste trabalho e, no terceiro momento, elaboramos e aplicamos um questionário, direcionada ao corpo escolar de uma Escola Municipal da rede municipal de ensino do Recife.

3.1 DAS OBSERVAÇÕES

A observação, como instrumento de coleta de dados, não utiliza uma ferramenta que possa quantificar os fenômenos ou eventos observados, mas permite ao observador a obtenção de dados precisos sobre o objeto que se pretende estudar, garantindo uma melhor compreensão e aprofundamento do que se observa, pelo grau de interação entre o ambiente e o pesquisador. As observações foram feitas *in situ*, durante o período do estágio supervisionado conforme já citado. Nesse intervalo de tempo, um grupo composto por 5 (cinco) estudantes da graduação na Licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, dentre os quais eu, foram ao campo de estágio supervisionado na escola cuja realidade foi relatada. Salientando que a referida escola atende apenas aos estudantes do ensino fundamental anos iniciais. Para que as intervenções alcançassem o maior número possível de crianças o grupo foi dividido em 3 (três), ficando 2 (dois) graduandos com o 3ª ano, 2 (dois) com o 4ª ano e 1 (um) com o 5ª ano. Eu fui o estagiário que ficou responsável pelo 5ª ano e pude fazer algumas

intervenções, ministrando aulas de educação física. Durante a ministração de aulas pude observar a escola como um todo e vi que ela possui dois espaços amplos, onde é possível ministrar as aulas de educação física, tanto é assim que nossas intervenções foram feitas nesses espaços. Além disso, há um espaço menor destinado à recreação, com *playground*. Nem uma das aulas ministradas pelos estagiários foi acompanhada integralmente pelos respectivos professores de referência das turmas e toda elaboração das aulas, aplicação e organização ficou a cargo dos estagiários.

3.2 DO QUESTIONÁRIO À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Um questionário, diferente da observação, é um instrumento que possui um roteiro estruturado de perguntas, de formato escrito, usado para coletar dados sobre as opiniões, comportamentos e características de um grupo de pessoas, a fim de alcançar os objetivos específicos de uma investigação, testar hipóteses e ajudar na tomada de decisões que permita ao pesquisador controlar os resultados obtidos, pois serão estabelecidos parâmetros para isso.

O questionário, aqui tratado, buscou levantar informações quantitativas referentes à ministração de aulas de educação física para o grupo de estudantes objeto deste trabalho. As questões foram direcionadas à Secretaria Municipal de Educação do Recife, via Lei de Acesso à Informação - LAI, com as seguintes perguntas:

1. Quantas escolas da rede pública de ensino do Recife atendem estudantes do Ensino Fundamental anos iniciais (1º ao 5º ano)?
2. Quantos estudantes estão matriculados no Ensino Fundamental anos iniciais (1º ao 5º ano) na rede pública de ensino do Recife?
3. Existe a ministração regular de aulas de educação física para o público compreendido no Ensino Fundamental anos iniciais (1º ao 5º ano) da rede municipal de ensino do Recife?

A partir das perguntas acima, obtivemos as seguintes respostas:

1. Quantidade de escolas com oferta dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano): Atualmente, a Rede Municipal de Ensino do Recife conta com 218 (duzentas e dezoito) escolas que ofertam os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, compreendendo do 1º ao 5º ano.
2. Número de estudantes matriculados nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano): Conforme dados atualizados do Setor de Informação e Ordenamento da Rede (SIORE), referentes à matrícula do mês de maio de 2025, o número de estudantes enturmados nas referidas etapas é de 54.708 (cinquenta e quatro mil, setecentos e oito) estudantes.

3. Ressalta-se que as demais questões constantes do pedido não são de competência da Secretaria Executiva de Gestão da Rede, motivo pelo qual não cabe a este setor seu tratamento ou resposta.

Com base nas respostas que obtivemos a partir do questionário, é possível concluir que o número de estudantes dentro do grupo delimitado por essa pesquisa é bastante grande, contudo não é possível concluir que a realidade da escola estudada é a mesma realidade de toda rede municipal, visto que a resposta que poderia apontar o indicativo da existência e regularidade das aulas de educação física não foi respondida, segundo a Secretaria Executiva de Gestão da rede.

3.3 DO QUESTIONÁRIO AO CORPO ESCOLAR.

A entrevista semiestruturada consegue fazer uma articulação entre um roteiro definido, onde há um controle do pesquisador sobre o que será respondido, e a possibilidade de os entrevistados responderem as questões com certa liberdade, se expressando livremente, o que pode encaminhar o pesquisador para outros caminhos que ampliem os resultados da pesquisa.

A elaboração das perguntas que foram aplicadas na entrevista, levou em consideração a pertinência entre o objeto de pesquisa e o campo pesquisado, visto que houve um certo direcionamento ao corpo escolar da escola campo de observação. A ferramenta utilizada para aplicar a pesquisa foi o Google Forms, aplicada a um grupo de 13 pessoas, das quais apenas 5 responderam. O formulário foi composto por 9 (nove) perguntas, das quais 8 foram perguntas restritivas e 1 (uma) pergunta aberta, conforme abaixo:

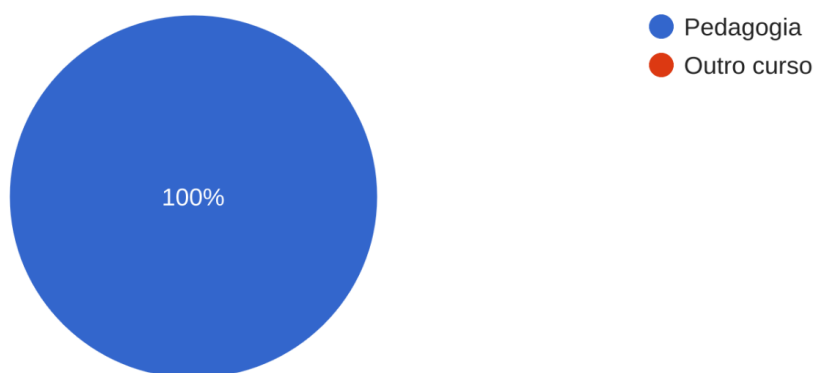
1) Nome completo

Resposta pessoal

2) Formação Acadêmica

2.1 Pedagogia

2.2 Outro Curso



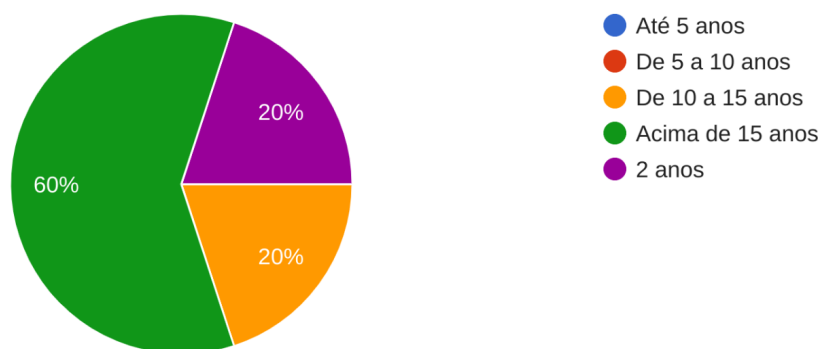
3) Tempo de atuação como docente

3.1 Até 5 anos

3.2 De 5 a 10 anos

3.3 de 10 a 15 anos

3.4 Acima de 15 anos



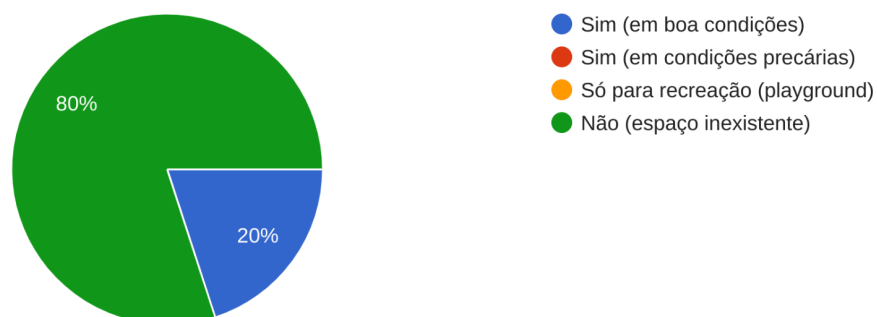
4) Há espaço destinado às aulas de educação física nessa escola?

4.1 Sim (em boa condições)

4.2 Sim (em condições precárias)

4.3 Só para recreação (playground)

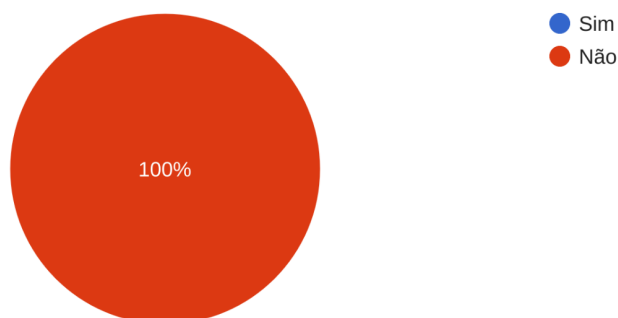
4.4 Não (espaço inexistente)



5) Os alunos têm aulas de educação física?

5.1 Sim

5.2 Não

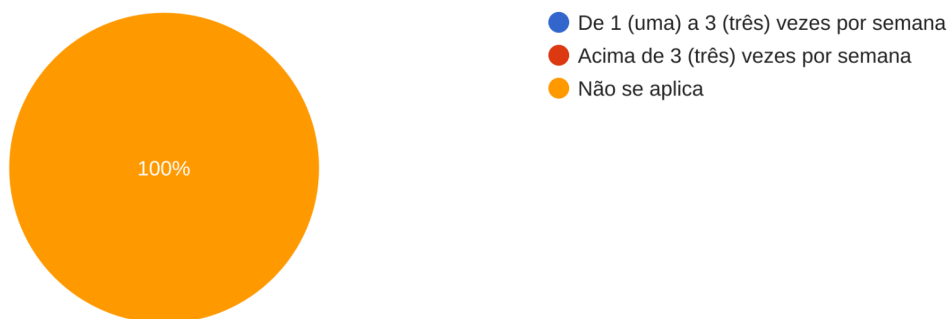


6) Caso a resposta anterior seja sim, qual é a frequência dessas aulas?

6.1 De 1 (uma) a 3 (três) vezes por semana

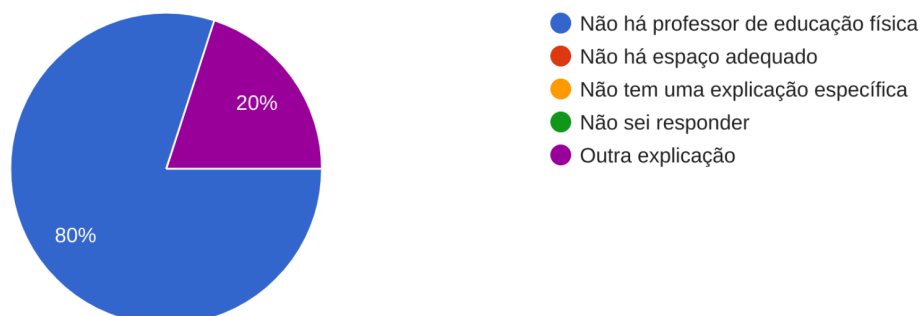
6.2 Acima de 3 (três) vezes por semana

6.3 Não se aplica



7) Caso a resposta seja não, quais as explicações possíveis pela ausência da aula de educação física?

- 7.1 Não há professor de educação física
- 7.2 Não há espaço adequado
- 7.3 Não tem uma explicação específica
- 7.4 Não sei responder
- 7.5 Outra explicação



8) A oferta de aulas de educação física teria repercussões no comportamento dos estudantes e nos seus níveis de aprendizagem? Responda sim ou não e comente.

- 8.1 Sim
- 8.2 Não

Resposta pessoal

Pessoa 1: Sim.

Pessoa 2: Sim! O desenvolvimento corporal ajuda muito no cognitivo.

Pessoa 3: Sim. Quando os alunos têm aulas de Educação Física, eles se movimentam mais, gastam energia, aprendem a trabalhar em equipe e a seguir regras. Isso pode ajudar a melhorar o comportamento em sala de aula, porque ficam mais concentrados, e também pode facilitar a aprendizagem, já que o corpo ativo ajuda o cérebro a funcionar melhor.

Pessoa 4: Sim, buscando o desenvolvimento integral do aluno, a educação física é item essencial

Pessoa 5: Sim, as aulas de educação física iriam ajudar muito no desenvolvimento integral dos estudantes, iriam exercitar o corpo e aprender sobre as modalidades esportivas.

A partir das respostas obtidas quanto à repercussão da oferta de aula de educação física, todas as respostas concordam que há sim, uma repercussão no comportamento e nos níveis de aprendizado dos estudantes, sendo positiva quando há a oferta.

9) Você exerce a função de:

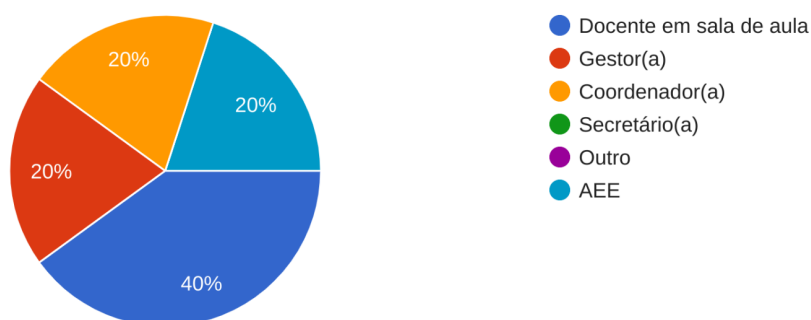
9.1 Docente em sala de aula

9.2 Gestor(a)

9.3 Coordenador(a)

9.4 Secretário(a)

9.5 Outro



Além dos instrumentos já citados, foram feitas análises documentais de dados nos documentos oficiais do município do Recife, como a resolução normativa número 08 de 2007, da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, da Lei 9.696/1998 que dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física, do Estatuto do Conselho Federal de Educação Física e da Resolução que cria as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Educação Física.

4. ANÁLISE DOS DADOS

A partir das intervenções e observações feitas *in situ*, no período do estágio supervisionado, que foi de 14 de maio de 2024 a 20 de agosto de 2024, foi possível identificar que na escola observada não havia a oferta da disciplina de educação física ao longo de todo o ensino fundamental anos iniciais, em discordância com a previsão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu artigo 26, §3, que estabelece que a Educação Física é componente curricular obrigatório, devendo estar integrada à proposta pedagógica da unidade educacional, sendo desenvolvida semanalmente. Enquanto estrutura a escola não possui uma quadra poliesportiva ou ambiente estruturado com fins nas aulas de educação física, no entanto, nos

espaços disponíveis é possível a ministração da disciplina conforme previsto na Instrução Normativa nº 08/2007, da Secretaria Municipal de Educação do Recife, publicada no Diário Oficial do Município em 24 de novembro de 2007, que regulamenta a oferta do componente de Educação Física nas unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino do Recife.

A partir da devolutiva das questões enviadas (questionário/formulário google forms) à Secretaria Municipal de Educação do Recife, obtivemos as informações que enumera 218 (duzentas e dezoito) escolas que ofertam os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, compreendendo do 1º ao 5º ano, contudo não é possível concluir que

I. Número de estudantes matriculados nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano): Conforme dados atualizados do Setor de Informação e Ordenamento da Rede (SIORE), referentes à matrícula do mês de maio de 2025, o número de estudantes enturmados nas referidas etapas é de 54.708 (cinquenta e quatro mil, setecentos e oito) estudantes.

II. Em relação à terceira pergunta, obtivemos a seguinte resposta: *“Ressalta-se que as demais questões constantes do pedido não são de competência da Secretaria Executiva de Gestão da Rede, motivo pelo qual não cabe a este setor seu tratamento ou resposta”*.

5) CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afirmamos, considerando as discussões acerca do que a presente pesquisa evidenciou, pelo menos na escola onde a mesma foi realizada, que há, de fato, uma lacuna educacional no que diz respeito à ministração de aulas de educação física nos anos iniciais do ensino fundamental, além de ficar demonstrado que não há sequer professor com formação em educação física na escola, que ministre aulas para esse público específico, em desacordo com a legislação nacional, inclusive, em desacordo com as normas regulamentadoras do município do Recife. As evidências trazidas pela pesquisa, apontam para a possibilidade haver outras escolas da rede municipal de ensino com a mesma realidade, configurando a precarização do ensino quanto a sua integralidade, contudo, essa possibilidade precisa ser verificada por meio de outros estudos, para que não fique no campo da ilação. Concluimos a pesquisa considerando que os objetivos da mesma foram alcançados e propomos que as discussões acerca de políticas educacionais sejam ampliadas no sentido de buscar soluções para esse e outros problemas, caros à sociedade.

REFERÊNCIAS

BRACHT, V. **Educação Física e Ciência, Cenas de um Casamento (In)Feliz**, Ijuí, Ed. Unijuí, 1999, p. 54.

BRACHT, V. **A Educação Física no Ensino Fundamental**. In: **SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO - PERSPECTIVAS ATUAIS**, 1., 2010, Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte, 2010, p. 1-14.

BRANDL, C. E. H.; BRANDL NETO, I. **A importância do professor de educação física nos anos iniciais do ensino fundamental**, 2015.

BRASIL, **Base nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental**, 2010.

BRASIL, **Base nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental**, 2018.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

BRASIL, **Lei nº 9.394 / 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 1996.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**, Resolução CNE/CEB nº 5/2009.

BRASIL, **Medida Provisória nº 746 / 2016**, 2016.

BRASIL, **Lei nº 13.415 / 2017, Conversão da Medida Provisória nº 746 de 2016**, 2017.

BRASIL, **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Educação Física**, PARECER Nº: CNE/CES 0138/2002.

BRASIL, **JOGOS E BRINCADEIRAS: DESAFIOS E DESCOBERTAS**, 2ª ed. Ministério da Educação, Ano XVIII boletim 07 - Maio de 2008.

BRASIL, **LEI Nº 9.696; Regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física**, 1º de Setembro de 1998.

BRASIL, **Lei nº 14.945/2024, Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nºs 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023**, 2024.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA (CONFEF). **Estatuto do CONFEF**. Disponível em

https://www.confef.org.br/confef/consulta-publica-estatuto/proposta_estatuto_2019.pdf.

CRUZ, M. M. S. e CASTRO, P. A. **EDUCAÇÃO FÍSICA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA CIDADE DE GUANAMBI/BA: ENTRE A LEGALIDADE E A LEGITIMIDADE**, Horizontes - Revista de Educação, Dourados-MS, v. 5, n. 10, p. 53 - 69, jul./dez.2017.

DARIDO, S. C. **Os Conteúdos da Educação Física Escolar: Influências, Tendências, Dificuldades e Possibilidades**, 2001.

DAOLIO, J. **Educação física e o conceito de cultura**. Campinas: Autores Associados, 2004

ELIAS, N. **Teoria simbólica**. Oeiras: Celta Editora, 1994.

FRAGA, A.F. **Educação Física nos primeiros anos do ensino fundamental brasileiro**. Revista Digital. Buenos Aires, Ano 10, Nº 90, Novembro/2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação: Cartas Pedagógicas e Outros Escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2000, p. 64.

KANT, I. **Sobre a Pedagogia**. Tradução de Francisco Cock Fontanella. Piracicaba: UNIMEP, 2002.

PERNAMBUCO, **Currículo de Pernambuco Ensino Fundamental** apud Elias, 2016, p. 259.

PERNAMBUCO, **Currículo de Pernambuco Ensino Fundamental** apud Rodrigues, 2016, p. 259.

PERNAMBUCO, **Currículo de Pernambuco Ensino Fundamental** apud Daólio, 2018, p. 260.

RECIFE, **Matriz Curricular Prioritária para o 2º Ano do Anos Iniciais**, 2021.

RECIFE, **Instrução Normativa nº 08/2007, da Secretaria Municipal de Educação do Recife**, 2007.

RECIFE, **Política de Ensino da Rede Municipal do Recife; Ensino Fundamental 1º ao 9º**, Recife, 2021, p. 136 - 155. Disponível em <http://www.recife.pe.gov.br/efaerpaulofreire/politica-de-Ensino>.

RODRIGUES, J.R.B. **A relação teoria-empiria (ou teoria x empiria?) nas aulas de educação física**. Texto didático elaborado para sistematizar as discussões e reflexões travadas nas aulas da disciplina Estágio Supervisionado em Educação Física III da Faculdade Salesiana do Nordeste. Recife, 2016.

SAVIANI, D. **PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: Primeiras Aproximações**. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011.

SOARES, C. L. **Imagens da Educação no Corpo: Estudo a partir da ginástica francesa no século XIX**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

TEZANI, T.C.R. **O jogo e os processos de aprendizagem e desenvolvimento: aspectos cognitivos e afetivos**, Educação em Revista, 2006, p. 1-16.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LIC. EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

Aos dezessete dias do mês de dezembro de 2025 às 15h no ambiente virtual link: <https://meet.google.com/wyh-mver-dnm>, reuniram-se em cerimônia pública os membros da Banca Examinadora da monografia, constituída pela professoras examinadoras Prof. Dr^a Rosangela Cely Branco Lindoso; Prof. Dr^a. Maria José Fraga, por mim Prf. Dr^a Maria do Socorro Valois Alves, presidente desta Banca, e pela Professora Rachel Costa de Azevedo Mello Coorientadora a fim de avaliar o candidato Anderson Pereira da Silva ao grau de Licenciado em Educação Física. Iniciando a sessão, o (a) presidente da Banca Examinadora comunicou aos presentes que a finalidade da reunião era a apresentação e o julgamento da monografia sob o título: **A ausência de aulas de Educação Física nos anos iniciais do ensino fundamental do município do Recife: a importância da ministração de aulas de educação física por um professor com formação específica**, com o objetivo de atender as exigências para conclusão do Curso de Licenciatura em Educação Física. A seguir foi concedida a palavra ao candidato pelo prazo de 15 minutos regulamentado pela Banca Examinadora. Concluída a exposição, a Banca deu início às arguições ao Licenciado sobre os aspectos abordados na referida monografia. Após as arguições, foi concedida a palavra ao candidato, para que respondesse as questões levantadas. Terminadas as arguições, a Banca Examinadora determinou a suspensão da sessão, pelo tempo necessário ao julgamento da monografia, reunidos em caráter secreto no mesmo recinto. Concluída a análise os membros da Banca Examinadora emitiram o seu julgamento do qual se apurou o seguinte resultado:

Professora Dr ^a Rosangela Cely Branco Lindoso	Nota: Dez
Professora Dr ^a . Maria José Fraga	Nota: Dez
Professora orientadora Maria do Socorro Valois Alves	Nota: Dez
Professora coorientadora Dr ^a Rachel Costa de A. Mello	Nota: Dez

Tendo assim, o candidato obtido a nota 10,0 (Dez) na monografia.

Tendo em seguida encerrada a sessão, da qual lavrei a presente ata, que vai assinada por mim, , pelo o (a) aluno (a) e demais membros da Banca Examinadora.

Recife, 17 de dezembro de 2025

Aluno

Orientadora

Coorientadora

Professor Examinadora 1

Professor Examinadora 2